

A CHUVA

O aguaceiro cai sobre a cidade. É mais fácil aguardar o retorno do sol do que encarar o pântano: o buraco aberto na rua que não foi consertado, a vala que alguém desviou do mapa para economizar no orçamento, o córrego que foi coberto com asfalto e promessa. Enquanto isso, a cidade escorre. Na primeira enxurrada, as notícias saltam da tela como sapos assustados; na segunda, já não clicamos tanto; na terceira, estamos cansados — e o cansaço é um parente próximo da convivência.

Há uma coreografia que repetimos com esmero. A sirene toca, abrimos a janela meio palmo, filmamos o céu piche, espíamos a avenida virando rio. O celular vibra: “URGENTE”. Assistimos, comentamos, compartilhamos. Depois, fechamos a janela e, com a calma disciplinada do consumidor, escolhemos um filme leve para esquecer. A tragédia encontra sua trilha sonora, a timeline ajeita as bordas do abismo, e nós — espectadores de nós mesmos — praticamos a liturgia do retorno à normalidade: amanhã tem trabalho, o trânsito vai estar pior, melhor dormir cedo.

Convém culpar a chuva; ela não tem advogado. A água, coitada, só cumpre seu ofício de cair. O que a transforma em torniquete de morte não é a nuvem, mas o cálculo. Não é o céu, é o chão. É o loteamento generoso onde não cabia; é a ocupação empurrada para o barranco, a casa costurada com salário e esperança; é o bueiro que não dá conta, a verba que não chegou, o edital que estacionou numa gaveta úmida; é a engenharia feita com pressa e a fiscalização feita com pressa maior. E é também o nosso gesto paciente — paciente demais — de aceitar que a cada verão sejamos chamados ao mesmo velório cívico.

Quando a cidade sangra, inventamos eufemismos. Dizemos “ocorrência”, “fatalidade”, “evento extremo”. “Evento” é bonita: tem ares de calendário e coffee break. Entre uma expressão técnica e outra, sumimos com os nomes. Um menino, uma entregadora, um senhor que voltava do posto de saúde, uma moça que alimentava três gatos — vidas inteiras embaladas em duas linhas. O algoritmo, abstração cuja linguagem dominamos melhor que a Constituição, nos ensina a rolar para baixo. Rolar é verbo de corpo: rolamos com ele, para fugir do peso.

Eu me pego, às vezes, ensaiando desculpas bem compostas: “o problema é sistêmico”, “é estrutural”, “não há solução simples”. Tudo verdade. Mas toda verdade que nos alivia demais desconfio que pede contraindicação. Sistêmico não é sinônimo de insolúvel; estrutural não quer dizer intocável; complexo não é desculpa para a paralisia. O que é sistêmico exige assiduidade — a de quem cobra, insiste, aparece em audiências públicas, lê a placa da obra, pergunta de quem é a responsabilidade daquela boca de lobo que virou dentição cariada na esquina.

Há, claro, os gestos de ocasião: a vaquinha, o cobertor, o quilo de arroz, a hashtag. Não caçoarei de nenhum; cada gesto tem seu milagre breve. Mas milagre, por definição, é exceção, e a cidade precisa de regras decentes. Precisamos, por exemplo, da disciplina quase monástica de não esquecer. O esquecimento é a grande enxurrada: arranca marcos, apaga marcas, limpa consciências. Lembrar, ao contrário, é criar atrito — e o atrito retarda o deslizamento para o mesmo lugar de sempre. Lembrar é comprometer-se com os nomes. É registrar: choveu em tal dia, o muro cedeu, a empresa foi avisada, o pedido foi protocolado, a perícia apontou, o relatório dorme. Lembrar é uma forma de brigar.

Também suspeito do consolo profissional da neutralidade. O olhar supostamente neutro costuma ser apenas um ângulo confortável. A crônica, então, não é relatório técnico nem sentença: é o incômodo da vizinhança. Escrevê-la é bater na porta do próprio comodismo, e eu bato com culpa. Porque me vejo na varanda, calculando se dá para atravessar a rua na hora certa, cronometrando a oportunidade de falar bonito sobre responsabilidade coletiva e, em seguida, permitir que o cotidiano me lave as mãos. Talvez por isso eu insista em palavras que arranham — não para agredir quem sofre, mas para ferir o verniz que nos protege.

A água, dizem, purifica. Não a que desce escura pelo asfalto, levando junto um pedaço da cozinha de alguém, os cadernos de uma criança, a cadeira de rodas que a família empurrou para cima do sofá. Essa, paradoxalmente, denuncia. O sangue, quando seca, também fala: a cidade fica com as suas epígrafes visíveis um ou dois dias, até que a enchente do esquecimento passe o pano. Depois, recomeçamos o circuito. “Foi forte, né?” “Foi.” “Mas já passou.” E o já passou é a oração nacional da desistência.

Se resta alguma esperança que não seja decorativa, imagino que ela esteja nessa teimosia de pequenas coisas: aprender a perguntar “de quem é a vala?”, a saber o nome do córrego encoberto, a exigir memorial de cálculo, cronograma, responsável técnico; estar presente quando o assunto afunda — porque política pública se decide com o auditório cheio, não com a arquibancada vazia depois do sol. E também em hábitos íntimos que não viram manchete: carregar um saco de lixo do vizinho mais velho, segurar o guarda-chuva sobre a cabeça de um estranho, dar carona em dias de sirene, descer do carro para empurrar e, sobretudo, recusar a frase “não é comigo”, porque é. Se a chuva desce geral, a dignidade também tem de ser repartida.

Talvez o que nos falte seja uma ética de pós-tempestade: um roteiro que não termine na secagem do sangue. Que comece ali. Depois que as equipes recolhem os corpos e o jornal encerra a edição, é que a cidade deveria abrir seu segundo expediente — o expediente da memória ativa, que transforma lamentos em cobranças, e cobranças em orçamentos, e orçamentos em obras que respeitem a

gravidade (a das águas e a da vida). E, se uma crônica serve para alguma coisa, que sirva como guarda-chuva torto: não impede a tempestade, não protege tudo, mas lembra que ficar ao relento é uma escolha repetida.

Repto o início para me comprometer com o fim: todos ficam à espera de que a chuva passe, os corpos sejam recolhidos e o sangue seque. Eu me incluo nessa crítica para me excluir da repetição. Que a próxima água, quando vier — e virá —, nos encontre menos espectadores e mais vizinhos. Que nos encontre com os nomes na boca, o protocolo na mão, e a teimosia acesa. Porque a chuva é antiga; o nosso hábito de desistir é que não precisa ser.